

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DOUTA EQUIPE DE APOIO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO N. 61/2022 (PROAD N. 27055/2022-1) INSTAURADO PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Referências:

Pregão Eletrônico 61/2022

PROAD N. 27055/2022-1

CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 67.668.194/0001-79, estabelecida na Rua Alvarenga, nº 2.251, São Paulo/SP, CEP 05509-006, por seu representante que esta subscreve, vem, respeitosamente e tempestivamente perante Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, pelas razões a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente cumpre indicar que o presente recurso é tempestivo, tendo em vista que a empresa foi notificada em 12/01/2023 por meio da ata do pregão eletrônico realizado para apresentar suas razões recursais. Logo o início do cômputo de 03 (três) dias úteis para interposição do recurso tem início em 13/01/2023, findando em 17/01/2023.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, instaurado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e brigadista, para execução dos serviços nos prédios do Tribunal.

Após a análise das propostas apresentadas pelas empresas participantes, a proposta apresentada pela RECORRENTE foi recusada, levando a sua inabilitação e desclassificação, pois entendeu o Pregoeiro que não foi atendido requisito de Regularidade trabalhista, descrito no item 9.9.4 do Edital, a saber:

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

A RECORRENTE, contudo, atendeu ao requisito exigido sendo, portanto, irregular a inabilitação verificada, devendo ser reformada a decisão recorrida, pois não observou as disposições do edital e da legislação. Vejamos:

3. DA REGULARIDADE DA CNDT APRESENTADA PELA RECORRENTE

Ao se instaurar um procedimento licitatório, deve a Administração buscar a efetiva e real competição entre aqueles que por ele se interessam. Aliás, constitui finalidade precípua da licitação a busca da proposta que se apresente mais vantajosa, observados e respeitados, para tanto, os critérios delimitados no edital, de modo que se alcance com o resultado a condição mais econômica para o contrato de interesse da Administração.

A Lei 8.666/93 traz clara determinação em seu art. 3º de que a licitação deve destinar-se a garantir a observância dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento, dentre outros, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Analisando as normas em comento, existe a clara disposição no sentido de que se faça a avaliação das propostas tendo em conta critérios e parâmetros previamente especificados no Edital.

Nesta toada, dentre as exigências a serem observadas pelos licitantes está a comprovação da regularidade trabalhista, com a disponibilização dos documentos pertinentes à equipe responsável pela licitação.

No caso, a Recorrente atendeu à exigência descrita no item 9, subitem 9.9.4 e disponibilizou Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas onde estava indicada a garantia por penhora ou a suspensão da inexigibilidade dos débitos ali inscritos, tornando, portanto, a certidão validade para a comprovação da regularidade exigida pelo Edital.

Referida certidão tem sua validade prevista no art. 642-A, da CLT, inserido pela Lei 12.440, de 07 de julho de 2011, sendo que o artigo assim dispõe:

Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

[...]

§ 4º O prazo de validade da CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua emissão." (g.n.)

Desta forma, considerando que a CNDT apresentada estava dentro da validade indicada pela CLT, não poderia o i. Pregoeiro considerar o documento como irregular e imprestável à comprovação da regularidade da empresa Recorrente.

Forçoso recordar que o art. 3º da Lei 8.666/93 dispõe que:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso).

Atuando da forma como a relatada, o Pregoeiro e a Comissão Julgadora acaba por ferir de morte os princípios da legalidade e do julgamento objetivo das propostas, descrito nos artigos 44 e 45 da Lei 8.666/93:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

Neste mesmo sentido, os ensinamentos do Ilustre Hely Lopes Meirelles:

"É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto como o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando julgadores a aterem-se ao critério pré-fixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45)" (in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 35ª Ed., pág. 278)

Com efeito, o julgamento em tela deixou de atender aos comandos legais aos quais estava vinculado, não sendo aceitável que proposta apresentada fora dos parâmetros delimitados, ainda que assim o tenha feito por força de decisão liminar sejam consideradas regulares.

Insta frisar que o fato de, no caso em comento, a licitação já ter um "vencedor" declarado após análise da Comissão sobre a suposta legalidade da proposta, não constitui óbice para que, verificada razões de interesse público, a decisão seja revogada.

Neste sentido, dispõe o art. 49, caput, da Lei n. 8666/93:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

Desta forma, conclui-se que a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a Recorrente ser anulada, eis que esta preenche os requisitos formais para participação no pregão.

4. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da Recorrente na fase seguinte da licitação, já que preenchidos estão os requisitos para habilitação.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, remta as razões recursais à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
São Paulo, 17 de janeiro de 2023.

SERGIO DA SILVA TOLEDO
DIRETOR - CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DOUTA EQUIPE DE APOIO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO N. 61/2022 (PROAD N. 27055/2022-1) INSTAURADO PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Referências:

Pregão Eletrônico 61/2022

PROAD N. 27055/2022-1

CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 67.668.194/0001-79, estabelecida na Rua Alvarenga, nº 2.251, São Paulo/SP, CEP 05509-006, por seu representante que esta subscreve, vem, respeitosamente e tempestivamente perante Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, pelas razões a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente cumpre indicar que o presente recurso é tempestivo, tendo em vista que a empresa foi notificada em 12/01/2023 por meio da ata do pregão eletrônico realizado para apresentar suas razões recursais. Logo o início do cômputo de 03 (três) dias úteis para interposição do recurso tem início em 13/01/2023, findando em 17/01/2023.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, instaurado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e brigadista, para execução dos serviços nos prédios do Tribunal.

Após a análise das propostas apresentadas pelas empresas participantes, a proposta apresentada pela RECORRENTE foi recusada, levando a sua inabilitação e desclassificação, pois entendeu o Pregoeiro que não foi atendido requisito de Regularidade trabalhista, descrito no item 9.9.4 do Edital, a saber:

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

A RECORRENTE, contudo, atendeu ao requisito exigido sendo, portanto, irregular a inabilitação verificada, devendo ser reformada a decisão recorrida, pois não observou as disposições do edital e da legislação. Vejamos:

3. DA REGULARIDADE DA CNDT APRESENTADA PELA RECORRENTE

Ao se instaurar um procedimento licitatório, deve a Administração buscar a efetiva e real competição entre aqueles que por ele se interessam. Aliás, constitui finalidade precípua da licitação a busca da proposta que se apresente mais vantajosa, observados e respeitados, para tanto, os critérios delimitados no edital, de modo que se alcance com o resultado a condição mais econômica para o contrato de interesse da Administração.

A Lei 8.666/93 traz clara determinação em seu art. 3º de que a licitação deve destinar-se a garantir a observância dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento, dentre outros, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Analisando as normas em comento, existe a clara disposição no sentido de que se faça a avaliação das propostas tendo em conta critérios e parâmetros previamente especificados no Edital.

Nesta toada, dentre as exigências a serem observadas pelos licitantes está a comprovação da regularidade trabalhista, com a disponibilização dos documentos pertinentes à equipe responsável pela licitação.

No caso, a Recorrente atendeu à exigência descrita no item 9, subitem 9.9.4 e disponibilizou Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas onde estava indicada a garantia por penhora ou a suspensão da inexigibilidade dos débitos ali inscritos, tornando, portanto, a certidão validade para a comprovação da regularidade exigida pelo Edital.

Referida certidão tem sua validade prevista no art. 642-A, da CLT, inserido pela Lei 12.440, de 07 de julho de 2011, sendo que o artigo assim dispõe:

Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

[...]

§ 4º O prazo de validade da CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua emissão." (g.n.)

Desta forma, considerando que a CNDT apresentada estava dentro da validade indicada pela CLT, não poderia o i. Pregoeiro considerar o documento como irregular e imprestável à comprovação da regularidade da empresa Recorrente.

Forçoso recordar que o art. 3º da Lei 8.666/93 dispõe que:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso).

Atuando da forma como a relatada, o Pregoeiro e a Comissão Julgadora acaba por ferir de morte os princípios das legalidade e do julgamento objetivo das propostas, descrito nos artigos 44 e 45 da Lei 8.666/93:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

Neste mesmo sentido, os ensinamentos do Ilustre Hely Lopes Meirelles:

"É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto como o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando julgadores a aterem-se ao critério pré-fixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45)" (in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 35ª Ed., pág. 278)

Com efeito, o julgamento em tela deixou de atender aos comandos legais aos quais estava vinculado, não sendo aceitável que proposta apresentada fora dos parâmetros delimitados, ainda que assim o tenha feito por força de decisão liminar sejam consideradas regulares.

Insta frisar que o fato de, no caso em comento, a licitação já ter um "vencedor" declarado após análise da Comissão sobre a suposta legalidade da proposta, não constitui óbice para que, verificada razões de interesse público, a decisão seja revogada.

Neste sentido, dispõe o art. 49, caput, da Lei n. 8666/93:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

Desta forma, conclui-se que a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a Recorrente ser anulada, eis que esta preenche os requisitos formais para participação no pregão.

4. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da Recorrente na fase seguinte da licitação, já que preenchidos estão os requisitos para habilitação.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, remta as razões recursais à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
São Paulo, 17 de janeiro de 2023.

SERGIO DA SILVA TOLEDO
DIRETOR - CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ao
Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

EDITAL DO PROAD Nº 27055/2022-1
Licitação nº: 61/2022

OBJETO: Objeto: Contratação de serviços de vigilância armada (patrimonial) e brigadista, a ser exercida dentro dos limites dos estabelecimentos das Unidades deste Regional, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo V, partes integrantes do edital.

REFERÊNCIA: RECURSO CONTRA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

A empresa ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.005.337/0001-00, com sede na Avenida Doutor João Batista Soares de Queiroz Junior, nº 2571, Bairro Jardim das Indústrias, Cidade de São José dos Campos, estado de SP, por intermédio do seu proprietário Sr Mário Henrique Zanetti, R.G nº 16.409.368-0, interessada em recorrer da decisão do pregão eletrônico referido acima, vem através deste apresentar recurso contra a decisão de inabilitação da RECORRENTE no referido pregão eletrônico:

I - DOS FATOS

Com a finalidade de atingir o escopo pretendido, a administração instaurou processo de licitação pública objetivando a Contratação de serviços de vigilância armada (patrimonial) e brigadista, a ser exercida dentro dos limites dos estabelecimentos das Unidades deste Regional, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local.

A abertura do Pregão ocorreu em 18/11/2022. Na referida sessão a empresa ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (RECORRENTE) ofertou terceiro menor valor no lote 02 e após a desclassificação das empresas detentoras da 1ª e 2ª melhor oferta, foi convocada a apresentar planilha de custos e sua habilitação foi analisada. Após análise dos documentos de habilitação, a mesma foi inabilitada com o seguinte apontamento:

"Sr. Licitante, referente ao ITEM 2, informo que conforme subitens 9.11.1.1 e demais subitens que determinam os prazos e quantitativos referente a qualificação técnica não houve a comprovação do quantitativo de postos durante o prazo exigido em edital. Por este motivo, será realizada a desclassificação."

Infelizmente, a respeitosa decisão da Sra Pregoeira foi equivocada, conforme esclareceremos a seguir.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

Conforme informado no "chat" do referido pregão, a desclassificação se deu devido ao fato da Sra Pregoeira entender que a RECORRENTE não atendeu o subitem 9.11.1.1 e demais subitens que determinam os prazos e quantitativos referente a qualificação técnica. Não houve a comprovação do quantitativo de postos durante o prazo exigido em edital.

Segue tal item do edital:

"9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1) Atestados ou declarações de capacidade técnica-operacional que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório, bem como que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente (Itens 10.3. "a" e "b" do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017) atendendo ao que ora segue:

a) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos (Item 10.6 "b" e 10.6.1 do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017).

b) todos os documentos exigidos neste item "Qualificação Técnica" poderão se referir a qualquer unidade da empresa (matriz ou filial) e poderão ser submetidos ao setor requisitante ou área técnica deste Regional para a devida manifestação (Subitem 7.2 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017).

A inabilitação errônea da RECORRENTE se deve a uma simples interpretação equivocada do texto deste item. Situação que é comum e inerente a qualquer profissional. A Sra pregoeira interpretou que seria necessária a comprovação do mesmo quantitativo licitado por 3 anos, ou seja, 19 (dezenove) postos por 3 (três) anos. Porém, não é isso que o edital apresenta.

Vamos esmiuçar este item 9.11.1.1 do edital:

- "Atestados ou declarações de capacidade técnica-operacional que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório"

Este trecho inicial exige a apresentação de atestado de atividades compatível em características, quantidades e prazos com o objeto. Ou seja, atestados de vigilância para no mínimo 19 postos (para o lote 02). Nota-se que exige prazo compatível, o que neste caso seria 12 meses, pois é o prazo licitado. Porém, neste parágrafo, onde exige a quantidade compatível, não especifica que esta quantidade é por 3 (três) anos. A exigência de 3 anos vem no próximo parágrafo. Neste parágrafo exige apenas compatibilidade em objeto, prazo e quantidade. Portanto, para atender este parágrafo especificamente, é necessário apresentar atestados de 19 postos de vigilância por 12 meses pois este é o objeto, é o quantitativo e é o prazo da licitação. Vamos ao próximo parágrafo:

- "comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos"

Apesar de o parágrafo anterior exigir prazo compatível com o licitado, este parágrafo por sua vez especifica a necessidade de comprovar experiência compatível ao objeto por 3 (anos). Apesar do prazo de 3 (três) anos não ser compatível com o prazo licitado, não vemos problemas nesta exigência, pois conforme iremos apresentar no resumo dos atestados apresentados, a RECORRENTE provou experiência por 3 (três) anos. Porém, como pode ser lido neste parágrafo, EM MOMENTO ALGUM ESTÁ ESCRITO QUE É NECESSÁRIO COMPROVAR EXPERIÊNCIA DE 3 (TRÊS) ANOS EM QUANTIDADE COMPATÍVEL COM O LICITADO. Este é a "chave" do equívoco da Sra Pregoeira na interpretação do trecho do edital. O texto é claro quando diz "experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação".

A exigência de quantitativo compatível está apenas no primeiro parágrafo que faz a exigência de apresentação de atestado em quantidades e prazos compatíveis com o licitado. No parágrafo seguinte, o edital exige a comprovação de experiência de 3 (três) anos, MAS TANTO NO PRIMEIRO QUANTO NO SEGUNDO PARÁGRAFOS, EM MOMENTO ALGUM ESTÁ DESCRITO A EXIGÊNCIA DE COMPATIBILIDADE DE QUANTIDADE POR 3 (TRÊS) ANOS. Em um parágrafo exige a comprovação de quantidade compatível e em outro parágrafo exige comprovação de experiência no objeto por 3 anos. Mas em momento algum, exige as duas coisas juntas.

Durante o prazo de análise da habilitação, a Sra Pregoeira ao perceber que os atestados anexados inicialmente não atendiam em prazo e em quantidade ao licitado, solicitou por e-mail a apresentação de mais atestados para atendimento dos requisitos de habilitação como é o correto a ser feito depois da publicação do acórdão 1.211 de 26/04/2021 o Tribunal de Contas da União (TCU) que alterou sua jurisprudência sobre a possibilidade de o licitante, após a entrega da proposta original, apresentar documentos novos para fins de habilitação. Portanto, ao invés de realizar a desclassificação sumária, a mesma permitiu a possibilidade de complemento dos documentos de habilitação, conforme orientação do TCU.

Após algumas trocas de e-mails, segue abaixo a relação dos atestados apresentados, todos com pelo menos 1 anos de execução antes da emissão do documento como exigido no edital:

- Prefeitura de Guaratinguetá - 1 posto 24hs
- Câmara de Arujá - 5 postos 12 hs
- Associação Esportiva - 1 posto 12 hs (28/04/2019 à 28/04/2020)
- Prefeitura de Bragança Paulista - 6.000 hs
- Prefeitura de Guaratinguetá - 1 posto 44hs
- Prefeitura de Ilha Bela - 2 postos 24 hs (01/12/2019 à 27/06/2021)
- MGTV - 1 posto 24 hs
- Prefeitura de Paraibuna - 1 posto 24 hs
- Shopping Paratodos - 1 posto 12 hs
- Prefeitura de Valentim Gentil - 4 postos 12 hs
- Prefeitura de Mogi Guaçu - 04 postos 12 horas (17/12/2020 à 17/11/2022)

TOTAL = 21 postos + 6.000 horas

Total de período comprovado de experiência = 28/04/2019 à 17/11/2022 (3 anos e 6 meses)

Após apresentação de todos os atestados por e-mail e anexados no SICAF, a Sra pregoeira afirmou que a RECORRENTE ainda não havia atendido as exigências do edital pois havia a necessidade de comprovar 19 postos por 3 (três) anos conforme mensagem abaixo:

"Prezado licitante, boa tarde

Informo que a análise dos documentos de habilitação ainda está em andamento.

Reforço ainda, conforme disposições editalícias, que a comprovação é de 19 postos durante o prazo de 3 anos,

não é necessário que sejam anos ininterruptos.

Sobre o que foi mencionado, 4 postos em 1 ano não atende. Esses 4 postos em 1 ano, somados com mais postos correspondendo ao valor total de 19 postos durante 1 ano, atenderia parcialmente. E assim até completar os 3 anos exigidos em edital, conforme item 9.11 do edital."

Após receber este e-mail, a RECORRENTE esclareceu através do representante comercial que havia um equívoco de interpretação do edital neste trecho conforme mensagem abaixo:

"Boa tarde Viviane

Acredito que está havendo uma interpretação equivocada do edital no que se refere ao item 9.11.

"a) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados,"

"9.11.1.7. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017."

Tanto o edital quanto a IN5 exigem a comprovação da execução de serviços similares por 3 anos assim como também exige a quantidade igual a licitada, porém, não exige que a quantidade seja por 3 anos. Isso pode ser visto pelo fato de estarem em parágrafos diferentes. Então o licitante precisa comprovar que executou serviços de vigilância por 3 anos e precisa comprovar que prestou serviços em quantidades iguais a licitada, mas essa quantidade não precisa ser por 3 anos.

No item 9.11.1.1 a), diz "três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação" mas não informa que precisa ser na quantidade igual do edital e no item 9.11.1.7 quando apresenta o quantitativo não informa que essa quantidade precisa ser comprovada por 3 anos.

Nosso escritório pode apresentar ao menos 30 processos licitatórios em órgãos Federais que utilizam a IN5 onde se exigiu o quantitativo de postos e a experiência de 3 anos separadamente. Portanto, peço que consulte o jurídico a respeito pois há diversas jurisprudências a respeito em uma pesquisa simples no "Google". Se for necessário posso informar o números de editais, órgãos e datas de licitações que vencemos que utilizaram esse entendimento para verificarem o que estou informando."

Porém, esta última mensagem não obteve retorno e a inabilitação foi anunciada no sistema poucos dias depois.

III - DO PEDIDO

Uma vez esclarecido que a RECORRENTE atendeu as exigências da qualificação técnica do item 9.11.1.1 em seu primeiro parágrafo que exigia comprovação de experiência em objeto, quantidade e prazo similar ao edital que por sua vez se tratava de serviço de vigilância, em 19 postos (no lote 2 em questão) no período de 12 meses e foram apresentados atestados que somados correspondiam a 21 postos de vigilância sendo todos com pelo menos 12 meses.

Levando em conta também que a exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos foi atendida quando somado o período de prestação de serviços entre os atestados a Associação Esportiva, Prefeitura de Ilha Bela e Prefeitura de Mogi Guacú. E por fim, levando em consideração que em momento algum o edital exige a experiência em quantidade similar por 3 (três) anos, mas exige a comprovação da quantidade contratada e a comprovação de experiência por 3 (três) anos em parágrafos diferentes, sendo exigências diferentes e não somadas.

Desde forma, fica claro o equívoco de interpretação do edital e a necessidade de revisão da decisão. Portanto, requer a V. Sª:

- a) Que seja recebida o presente RECURSO e dado provimento às suas razões;
- b) a reconsideração da respeitável decisão, desclassificando a empresa ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA;
- c) O retorno da sessão com a análise da exequibilidade da proposta da RECORRENTE ou sua habilitação declarada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São José dos Campos, 17 de janeiro de 2023

ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Mário Henrique Zanetti

R.G: 16.409.368-0

CPF: 088.912.178-83

Proprietário

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

O Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Em relação aos recursos impetrados pela empresa CENTURION SEGURANÇA E VIGIL NCIA LTDA, em que pese as razões recursais referirem-se ao item 1, vale mencionar que neste item não houve a desclassificação da empresa recorrente, tendo em vista que a empresa declarada vencedora se trata da primeira empresa arrematante: AUSION SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI. Desta forma, não houve as alegações informadas no recurso interposto.

Neste sentido, dando seguimento, em relação ao item 2, temos que o subitem 9.9.4 do edital determina que a licitante deverá comprovar "prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Embora a Recorrente tenha anexado no Sistema Compras.gov.br a CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA expedida em 12/09/2022 e com validade de 180 dias, na data da disputa ocorrida em 18/11/2022, em consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho - TST, foi verificada a EXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO EM NOME DA CENTURION SEGURANÇA E VIGIL NCIA, por meio da CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS EXPEDIDA NA DATA DA DISPUTA.

No próprio site do TST consta no menu "perguntas frequentes" - <https://www.tst.jus.br/web/guest/perguntas-frequentes>:

"15 - A empresa apresentou uma Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para participar de uma Licitação. No entanto, já é possível visualizar uma nova Certidão com efeitos positivos. Ambas as certidões estão dentro do prazo de validade de 180 dias. Qual certidão será considerada válida?"

Resposta: O sistema de expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, criada pela Lei 12.440/2011, permite a expedição do documento a qualquer tempo. COM ISTO, A INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS EM EXECUÇÃO DEFINITIVA É SEMPRE A MAIS ATUALIZADA POSSÍVEL. Deste modo, as finalidades da Lei são atingidas plenamente."

O Decreto n.º 10.024/19, em seu Art. 43, § 3º, dispõe que a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

E, NA DATA DA DISPUTA, NÃO FICOU COMPROVADA A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO DA RECORRENTE CENTURION SEGURANÇA E VIGIL NCIA, motivo pelo qual ela foi desclassificada do Item 2.

Dessa forma, a alegação da Recorrente CENTURION SEGURANÇA E VIGIL NCIA LTDA, resta esclarecida, uma vez que não houve a comprovação da regularidade trabalhista.

Em relação ao recurso impetrado pela empresa ZANETTI VIGIL NCIA E SEGURANÇA EIRELI, seguimos na mesma linha anterior, razão, também, não assiste à Recorrente.

Considerando o quanto disposto nos subitens 9.11.1.1, alínea 'a', 9.11.1.7 e 9.11.1.8 do edital:

9.11. Qualificação técnica:

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos (Item 10.6 "b" e 10.6.1 do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017).

b) todos os documentos exigidos neste item "Qualificação Técnica" poderão se referir a qualquer unidade da empresa (matriz ou filial) e poderão ser submetidos ao setor requisitante ou área técnica deste Regional para a devida manifestação (Subitem 7.2 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017).

9.11.1.7. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.8. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 03 (três) anos, admitindo-se, ainda, a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos (Item 10.7 e 10.7.1 do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017). (grifo nosso)

Impende lembrar que o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe a Administração Pública a seguir de forma estrita a todas regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir ao certame, conforme pode-se observar no art. 41 da Lei 8666/1993:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Desta forma, tais condições dispostas no instrumento convocatório não comportam subjetividade ou desobediência, ao contrário, as partes se vinculam às regras ali estabelecidas.

Neste sentido, temos que o Edital faz lei entre as partes, devendo suas disposições serem observadas integralmente em todas as fases do certame.

Ademais, conforme ACÓRDÃO recente do TCU 891/2018 PLENÁRIO:

"A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados."

Preliminarmente cabe considerar que empresas interessadas no certame encaminharam questionamentos, nenhum deles questionando os itens exigidos na qualificação técnica previstos no Edital.

Nesse sentido, caso os esclarecimentos não restassem evidentes, a empresa ZANETTI VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, ou qualquer outra, poderia ter manifestado sua discordância por meio de impugnação ao edital. Entretanto, permaneceu silente, motivo pelo qual aceitou as regras ali delineadas.

Não obstante o exposto, mister se faz que a pregoeira e sua equipe de apoio analisem, de forma criteriosa, todos os itens esculpidos no edital e os documentos apresentados pelos arrematantes. E assim o fez.

Em relação à tabela e os números apresentados pela Recorrente, esclarecemos que o Edital prevê e dispõe em seu item 2, um total de 19 postos.

Em consonância com o disposto no subitem 9.11.1.7 do edital, quando o número de postos for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

Portanto, especificamente em relação ao item 2, o número de postos exigidos é de 19, e a quantidade a ser comprovada pela licitante seria no mínimo de 19 postos.

Convém trazer à lume, o que diz o Acórdão TCU. 2.870/18 – Plenário:

Voto:

(...)

A representante alega que a habilitação da empresa 'I' foi indevida, por descumprir os itens 8.44.35 a 8.44.38 do edital, que exigem experiência mínima de 3 anos na prestação dos 26 postos contratados.

Demonstra a representante que os atestados de capacidade técnica apresentados pela 'I' gerenciam 26 postos, ou mais, por 28 meses.

(...)

Em pareceres unânimes, a Secex/GO propõe considerar procedente a representação, tendo em vista que, "a par de ter apresentado atestados que demonstrem a sua atuação no referido ramo de atuação por mais de três anos, os atestados apresentados não permitem evidenciar que a citada sociedade empresária gerenciou concomitantemente 26 postos de trabalho nesse período".

(...)

Voltando ao caso em comento, para efeito de qualificação técnico-operacional, entendeu a pregoeira que era necessário comprovar fornecimento de postos de trabalho em número não inferior a 26 e atuação por período não inferior a 3 anos, ainda que em parte desse período tenha sido fornecido quantitativo menor de postos de trabalho. No entender da pregoeira, sua interpretação é consonante com os subitens 8.44.35 a 8.44.38 do edital.

Equivoca-se a servidora. A Instrução Normativa 5/2017 e o instrumento convocatório, requerem o atendimento simultâneo das duas condições: tempo de atuação e quantitativo compatível com o licitado.

Assim, no caso em tela, era preciso que a licitante comprovasse gerenciamento de, ao menos, 26 postos de trabalho, durante 3 anos, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, admitindo-se, para fins de comprovação dos postos de trabalho, apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante. (...)

Da leitura desses dispositivos legais e instrumento convocatório, deduz-se, sobretudo, que é necessário o atendimento simultâneo das duas condições: TEMPO DE ATUAÇÃO E QUANTITATIVO COMPATÍVEL COM O LICITADO.

A empresa, erroneamente, cita o total de atestados em seu recurso alegando que estão muito além do que o previsto no edital, pois somou todos os postos de trabalho de forma aritmética, não se atentando ao disposto nos subitens 9.11.1.4, 9.11.1.7 e 9.11.1.8, bem como na Instrução Normativa 5/2017.

Em que pese o evidente equívoco apresentado em forma de tabela nas razões deste recurso elaborado pela própria Recorrente em relação a quantidade de postos e tempo de duração dos serviços executados, esta Coordenadoria elaborou gráfico e tabela, às fls. 159 e 160 do documento nº 10 deste Proad, com base nos atestados de capacidade técnica enviados pela empresa, demonstrando que o quantitativo apresentado não corresponde ao mínimo de 19 postos pelo período de 3 anos.

Nessa esteira de entendimento, esta pregoeira julgou que os atestados apresentados pela empresa recorrente, não atendiam a todas as exigências referentes à qualificação técnica. Portanto, não procedem as alegações da Recorrente.

Entende-se, inclusive, que a decisão atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, já que o objeto está relacionado com a segurança dos usuários deste E. TRT.

Após as explanações acima, no entendimento desta Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, o procedimento licitatório transcorreu de modo a cumprir fielmente os ditames legais, primando pelo pleno atendimento às necessidades desta Administração.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pelas querelantes para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer dos recursos interpostos e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nestes termos, conforme atribuições da subdelegação de competências da Portaria DG nº 01/2018, submeto os autos à elevada consideração da Autoridade Competente, para posterior encaminhamento ao Senhor Diretor-Geral, em consonância com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019. Respeitosamente. Campinas, 23 de janeiro de 2023. Viviane Mendes Marques – Pregoeira. Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Acolho integralmente as razões expendidas pela pregoeira , que adoto como fundamentação, para, conhecendo o teor dos recursos interpostos pelas empresas Centurion Segurança e Vigilância e Zanetti Vigilância e Segurança Eirelli, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do inciso IV do artigo 13 do Decreto n.º 10.024/2019.

Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson

Diretora-Geral Substituta

Fechar